

FARCÍSIO HOLANDA

Quem faz a demissão

Congresso Nacional

O Congresso Nacional não está disposto a homologar as noventa mil demissões que o Governo deseja promover como parte de uma política de saneamento das finanças públicas. As mais importantes lideranças partidárias acham que o presidente José Sarney está querendo dividir com o Congresso a responsabilidade pela decisão impopular, quando prevalece o argumento de que quem nomeia é quem deve demitir.

Além disso, muitos sustentam a constitucionalidade do recurso às medidas provisórias, previstas no artigo 62 da nova Constituição, para que o Congresso fosse chamado a aprovar ou rejeitar as medidas de salvação nacional — como as classificou o próprio Sarney. Pela Constituição, é o Presidente da República quem deve promover as demissões, não cabendo a audiência ao Legislativo.

Este é o entendimento do presidente em exercício do Senado, José Ignácio (PMDB-ES), no qual já decidiu simplesmente devolver as medidas provisórias enviadas pelo Presidente da República, ainda hoje, conforme anunciou para líderes partidários e altos funcionários da Casa.

O Presidente da República procurou se defender da acusação de que esteja interessado em dividir responsabilidades quando submeteu as demissões ao crivo do Congresso. Em audiência, anteontem, com o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, justificou a sua iniciativa com o argumento de que o Legislativo deveria

aprovar as normas e princípios que regulamentariam as demissões. Feito isto, não fugiria à responsabilidade de baixar os atos necessários consumando as dispensas.

Este foi um flanco exposto pelo Presidente da República. No geral, seu comportamento político foi inteligente, na avaliação de aliados e adversários. Ele joga o grande abacaxi da crise às responsabilidades dos congressistas, ainda mais com a interpretação dada, segundo a qual não cabe modificar parcialmente o pacote proposto, mas apenas rejeitá-lo ou aprová-lo.

Uma declaração do Presidente da República, através de rede nacional de televisão, à noite de terça-feira, dá a medida de seu empenho em jogar a responsabilidade sobre o Congresso. Ele disse claramente que, se o Parlamento rejeitasse as medidas provisórias já baixadas, para sanear o sistema econômico-financeiro, estaria jogando o País diante da perspectiva de grave crise institucional.

Para muitos, essa advertência soa como ameaça de golpe de Estado, cuja consumação não beneficiaria o atual Presidente, certamente. Resta a convocação extraordinária, já assegurada para a próxima segunda-feira. Procuram o Governo e seus aliados ganhar tempo até a chegada do titular da presidência do Senado, Humberto Lucena, prevista para segunda-feira, evitando-se a nomeação pelo senador José Ignácio de relatores hostis.